

De enclaves e império: excesso de estado e defeito de nação

Álvaro J. Vidal Bouzon
University of Nottingham

A situação especial – em termos históricos, culturais e lingüísticos – da Galiza na Península Ibérica tem colocado problemáticas identitárias cujo nível de complexidade é, talvez, o maior dentre as que constituem a configuração do Estado espanhol. Dentre os índices susceptíveis de definir uma eventual “identidade galega”, é a língua que, no transcurso dos séculos, tem adquirido a posição hegemônica e se tem colocado como o território privilegiado da confrontação de diferentes projetos de construção nacional em curso. A combinação deste fator cultural primário com outros de cariz econômico e político vem historicamente operando como o possibilitador, desde a posição do movimento de libertação nacional galego, da categorização da Galiza como uma colônia endógena na Europa Ocidental. Em termos geográfico-político-militares, tal conjunção possibilita sua categorização como um enclave em relação dialética: um enclave espanhol em território material e simbólico lusófono, desde a posição dominada; um enclave lusófono em território hispano, perigoso e tendencialmente aniquilável, desde a posição dominadora. Tal caracterização é dependente dos parâmetros teóricos com que as categorias políticas de uma modernidade periclitada operaram e, muito em especial, do privilégio nelas concedido à conformação Estado-Nação. Desta perspectiva, a Galiza viria a ser uma nação “proibida” ou “sem Estado nacional próprio”. Porém, as determinações constitutivas do nosso mundo têm-se modificado substancialmente nos últimos trinta anos. Antonio Negri e Michael Hardt chamam Império a esta nova era – o que Karl Marx teorizara como a subsunção real da força de trabalho no capital

– e consideram a Multidão o fluxo subjetivo não subsumível cuja posição devém, nas novas coordenadas, antagônica ou revolucionária.¹

A condição “suspensa” da identidade nacional galega é susceptível de se tornar paradigmática das aporias do fim do milênio: o galego pode e não pode ser outra coisa. A sua hibridação específica converte-o num sujeito incompleto para os lusófonos e incompleto para os hispanófonos. De certa forma, essa incompletude nacional é de matriz lingüística – qualitativamente diferente de acordo com a alteridade confrontada: espanhola ou portuguesa. A condição mesma da estrangeirice galaica é relativa aos outros dois povos peninsulares: o português e o espanhol castelhanófono, mais especificamente com relação ao artefato moderno regulador das relações de domínio que é o Estado-Nação e, mais concretamente, o Estado-Nação Espanha. Objetivamente, inimigo dele e dinamizador potencial daquelas condições que fazem da Galiza um enclave dialético.

¹ Em HARDT e NEGRI (2000), pode encontrar-se uma explicação mais detalhada da função “Multidão” cuja descrição tinha já achegado Negri nos seguintes termos:

(...) essa multidão rica que Spinoza concebia pelo contrário como o verdadeiro contra-pensamento da modernidade, numa continuidade que vai de Maquiavel a Marx e da qual Spinoza constitui um pouco o centro, o cume, o momento de passagem ambígua, anormal e forte; essa ideia da multidão é exatamente o conceito ao qual fazíamos alusão acima. Existe hoje uma multidão de cidadãos, mas falar de cidadãos não é suficiente, porque é simplesmente qualificar em termos teóricos e jurídicos indivíduos que são formalmente livres. Haveria melhor que dizer que existe hoje uma multidão de trabalhadores intelectuais. Mas isto tampouco é suficiente. De fato, há que dizer que existe uma multidão de instrumentos produtivos que têm sido interiorizados, encarnados dentro dos sujeitos que constituem a sociedade. Mas ainda assim resulta insuficiente: porque há que acrescentar a realidade afetiva, reprodutiva, os desejos de gozo. Ei-la, isso é, hoje, a multidão – uma multidão que tira ao poder toda transcendência possível, e *que não pode ser dominada* senão de forma parasitária, e portanto feroz. (NEGRI, 1998, p. 26 – tradução minha).



A definição “suspensa” da identidade nacional galega foi magistralmente retratada como “inveterada” pelo político, escritor e artista galego Afonso Daniel Rodríguez Castelao² (Rianjo, 1886 – Buenos Aires,

² Com o economista Alexandre Bóveda, principal figura do Partido Galeguista desde a sua fundação, precisamente em 1931, o trabalho desenvolvido por Castelao na sua multifacetada personalidade, mais ainda, o seu nome próprio, permanecerá significativo extremo (e, assim pois, distorcido em certo grau) das aspirações autodeterminativas de pelo menos uma fração dos moradores da Galiza e território de apropriação (em diferentes níveis de legitimidade) das práticas de todo o tipo por ele operadas até o dia de hoje, em que comemorações várias marcam, naquelas terras, o cinquentenário da sua morte no exílio como uma das mais corajosas vozes do republicanismo hispano e do nacionalismo galego derrotados pelo fascismo tradicionalista espanhol em 1939. Chegou a fazer parte de um dos Governos da II República no exílio. Seu texto, *Sempre en Galiza* (primeira edição de 1944, em Buenos Aires) tem permanecido como referente teórico último e compêndio de pensamento primeiro do nacionalismo galego contemporâneo.

1950) na lâmina número 39 das realizadas entre os anos 1916 e 1919 e finalmente incluídas no álbum significativamente intitulado *Nós*, em Março de 1931 em Madri. Tal inclusão se deu após exposições diversas e da obra ter, segundo confissão do autor no texto com que inicia e apresenta o álbum, servido de pretexto para “conferências” que, diz, influíram no que designa então como ressurgimento da galeguidade. Nesta gravura, um velhote e um menino estão na sacada de pedra de uma casa galaica da qual é possível, ao fundo, intuir, entre outras coisas e organizando-as, um rio. A criança inquire, também, no gesto. O ancião duvida, no aceno. A legenda da lâmina – uma cifra, de igual concisão e precisão, da suspensão identitária galaica e, como se há de ver, crucial na nossa análise – diz: “Na veira do Miño. / – E os da banda d’alá son máis estranxeiros que os de Madri? / “Non se soupo o que lle respondeu o vello”.

Enclave(s)

O enclave é a categoria com que começaremos. *Enclave* é, na língua portuguesa, palavra “estrangeira”, de procedência etimológica francesa, definido, por exemplo, pelo *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*³ como

substantivo masculino. Geografia. Galicismo (que melhor se diria em português *enclave*, *encaixe* ou *cunha*), que designa os territórios de um país que se encontram encaixados no território de país estrangeiro, assim, por exemplo, *Cabinda*, em Angola. Por extensão, também se diz de certos terrenos, de pequena área, que estejam encaixados em terrenos de natureza geológica diferente. Estado ou província autónoma totalmente envolvido por outro, como a república de São Marinho, na Itália.

Enclave quer dizer, então, essa seção geográfica que *conserva* (isto é, modifica sob certas condições) o nome da romana *Gallaecia* ao se consumir a sua divisão territorial e administrativa no século XII.⁴ A permanente marca, riscadura, raia do que poderíamos designar como uma amputação – não sobre um corpo, mas sobre três órgãos ou membros – não cessará de produzir efeitos subjetivantes em ambos os lados da nova fronteira. Fronteira que devirá

³ MORAIS SILVA, 1981.

⁴ Sobre as implicações nacionalitárias desta divisão veja-se SUEVOS, 1987. Capítulo II. Reflexões sobre a gênese e independência de Portugal, p. 29-71.

ruga, ou dobra, estria em que a passagem do tempo fará coalhar um dos vórtices identitários mais constitutivos na Península Ibérica:

Pois bem. Aqui introduziria outro ponto de investigação com o qual assinalo um abismo, um abismo de ignorância, um abismo de “incuriosidade”: qual é o fenómeno sociológico mais interessante que há na Galiza? Poderemo-lo adivinhar entre todos? Nom digo o mais interessante do mundo, mas sim o mais interessante da Galiza, a meu ver:

A *RAIA*, A *RAIA*, A *RAIA*! (Primeiro prémio, segundo e terceiro do concurso, pois merece-os todos). A *RAIA* (...). Bem, e que cousa é “A *RAIA*”? Nom o vou descrever. No entanto recordarei, por exemplo, que as fronteiras tenhem a ver com o senso da realidade. Cousas fantásticas! As fronteiras som, na verdade, umha sorte de laboratório super-realista. Tenhem a ver com o senso da realidade, tenhem a ver com o que é, com o que nom é, com o que deve ser, com o que pode ser, com o que nom pode ser, com o que se vê, com o que nom se vê...⁵

Questão fronteira, divisiva, arraiana, conflitiva, já só pela sua condição, a um tempo, de limite e umbral. Mas, dadas as características determinantes da articulação identitária na Galiza, sua incompletude é particularmente crucial naquilo em que a subjetividade privilegiadamente flui e se materializa: a língua. Mas limite e umbral de quê? O que a fronteira divide e o que não divide?

(...) afinal *seria ridículo pensar que a RAIA separa Tui de Valença do Minho*. Pois que separa a *RAIA*? Nom nos equivoquemos. A *RAIA* separa a Espanha de Portugal. E também nom separa a Galiza de Portugal. Nom. Nom fagamos chistes. A *RAIA* separa Espanha de Portugal como o seu nome indica ou como as suas bandeiras indicam de umha maneira avondo clara. Entom, que quer isto dizer? Que quer dizer a *RAIA*? Que importância tivo na História Contemporânea a *RAIA*? Daria umha pista também: o facto de as fronteiras serem essencialmente filtros por definição, e portanto serem substancialmente discriminatórias (ou nom serem nada. Também pode ser que nom sejam nada, mas entom significa que nom som fronteiras, obviamente).

Destarte, surgem as questons: o que é que discriminou! O que é que filtrou a *RAIA*? O que é que deixou passar? O que é que nom deixou passar? A *RAIA* é um fabuloso discriminador. É permeável ou impermeável segundo de que e de quem e de como e quando se tratar.

⁵ ARACIL, Primavera 1989, p. 5-15.

A RAIA é um analisador fabuloso de fenómenos sociais. Umhas cousas coam-se sem ninguém o perceber, as outras detemem-se absolutamente e nom passam em mil anos...

(...) Porém um facto é bem sabido: a *língua nacional* a um lado e a outro sim coincide perfeitamente com a RAIA.⁶

Desses efeitos subjetivantes, perdurarão, até hoje. os ecos restanhados: se a outra seção geográfica do território da *Gallaecia* (a sul do Minho) “esquece” o seu nome para, na seqüência e operação de um tal esquecimento, acabar por se rebatizar Portugal (primeiro membro daquela aludida amputação), o devir independente deste vai ser experimentado através de um especular esquecimento na Galiza (segundo membro, ou membro *central*). Especular, enquanto informante de um destino que opor como mais dignamente transitável do que o configurado pela progressiva homogeneização unificadora do incipiente Estado espanhol. E esquecimento, porque tal reflexão especular só é operável sobre a imanência duma comunidade subjetiva: afinal há duas línguas nacionais a cada lado da fronteira: espanhol (também chamado castelhano) e português... *que é também chamado galego*.

Mas, a qualidade diferida e disseminada das condições sustentadoras desta metáfora reflexiva a agir sobre o eixo da (des)memória invoca um terceiro membro naquela amputação: a cicatriz que o Minho simboliza é um translúcido espelho operando um duplo movimento. Em virtude do primeiro, Portugal e a Galiza são ambos reflexos um do outro (perdido, historicamente – esquecível – qualquer estatuto de original), só à condição de devirem como mundos do outro lado do espelho (s)em solução de continuidade. Em virtude do segundo, o Estado Espanha impõe as condições da situação operativa sobredeterminando-a com um desejo de (re)absorção de Portugal. Um desejo – persistentemente experimentado como falta, como quebra daquela atroz homogeneidade suicida simbolizada ao redor da sinistra data de 1492 e a qual constitui o solo nutrício, a determinação ontológica do Estado-Nação Espanha através do tempo e da história – do qual a Galiza é sinédoque e sintoma privilegiado em duplo gume (ou duplo ligame). A Galiza pode ser, assim, pensável também como a chave com que proceder à desmontagem analítica da situação (daí a sua condição de membro central na cisão

⁶ ARACIL, 1989, p.12.

amputativa). Nas palavras de Alexandre Herculano de Carvalho, escritas na década de cinquenta do século XIX, no fragor da discussão em torno das idéias iberistas, e cuja riqueza interpretativa⁷ resulta fascinante: na hipótese de não se restaurarem as verdadeiras instituições municipais em Portugal e de não se proceder à descentralização territorial na Espanha, “os que entre nós sonham a fusão ibérica, cremos que de boa fé, só desejam, sem o saberem, uma Irlanda para a Península. Não se incomodem. Para se remediar, Castela já lá tem a Galiza”.⁸ Desejam, *sem o saberem*, para se remediar, a Galiza.

Finalmente, não é possível não indicar aqui que Portugal, Galiza e Espanha são operadores discursivos complexos cuja relativa unificação é, sem dúvida, altamente problemática, sendo esta o próprio índice daquela configuração de dois mundos como do outro lado do espelho e *(s)em solução de continuidade*.

Nom sei se os companheiros portugueses terám reparado num fenómeno bem esclarecedor (...). Realmente a RAIÁ nom foi ainda – embora poda chegar a sê-lo – umha raia entre duas gentes. *É a RAIÁ entre dous estados*, a raia entre duas naçons, o qual é muito mais complexo. Nom se trata apenas de gente. Um estado, umha naçom, implica umha organizaçom, implica outras cousas, nom é? E um aspecto dessa organizaçom é o facto elementar de essa língua de comunicaçom moderna, de comunicaçom intelectual, de comunicaçom pública... ter sido neste lado o castelhano. E foi o castelhano porque a gente deste país que sabia, a gente deste país que importava, que contava, estava de acordo em que fosse o castelhano, e avonda. Em troca isso nom foi assim em Portugal: eis a diferença que explica, diria eu, o noventa por cento das demais diferenças. Tam simples como isso. O povo falava mais ou menos o mesmo, mas o povo, felizmente, nom contava. O povo era feliz, o povo nom contava. E os outros, os que nom eram povo, ah, os que nom eram povo! Os que nom eram povo, alguns eram espanhóis e os outros eram portugueses, e estes contavam e contam. Contarám, mas...⁹

⁷ À luz da conjunção da história das “duas Irlandas” no século XX e da sua complexa inscrição mítica no imaginário identitário galaico desde a genealogia do nacionalismo galego, assim como da “especial” e antiga relação entre Portugal e o Reino Unido.

⁸ Herculano citado por SUEVOS, 1987, p. 69.

⁹ ARACIL, Primavera 1989, p. 12-13.

A Galiza é, pois, enclave, cunha ou encaixe. Mas tudo isso, em relação a quê?

Por extensão ou deslizamento de um termo do campo semântico do geográfico ao geológico, o dicionário designa a segunda definição de enclave. Mas evita sequer mencionar o primeiro deslocamento semântico, de ordem mais abstrata, do qual provém o efeito significante final do termo. Em 1976, em conversa com a revista *Herodote*, Michel Foucault e os seus interlocutores encaixam e desencaixam o entramado conceitual das metáforas espaciais identificadas imediatamente no discurso das Ciências Humanas:

H[erodote]: O que há que sublinhar, a propósito de certas metáforas espaciais, é que são tanto geográficas quanto estratégicas, o que é muito normal já que a geografia se desenvolveu à sombra do exército. Entre o discurso geográfico e o discurso estratégico pode-se observar uma circulação de noções: a região do geográfico não é outra coisa que a região militar (de *regere*, dirigir), e província não é mais do que o território vencido (de *vincere*). O campo reenvia para o campo de batalha...¹⁰

Mas, então, qual a legitimidade do emprego de tais termos procedentes do discurso estratégico e, mais precisamente, militar no discurso crítico das Ciências Humanas?

M[ichel] F[oucault]: É efetivamente de guerra, de administração, de implantação, de gestão de um poder de que se trata em tais expressões. Será necessário fazer uma crítica desta desqualificação do espaço que reina desde há várias gerações. Tem começado em Bergson ou antes? O espaço é o que estava morto, fixado, não dialético, imóvel. Pelo contrário, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético.

A utilização de termos espaciais tem um certo ar de anti-história para todos aqueles que confundem a história com as velhas formas da evolução, da continuidade vivente, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. Desde o momento em que se falava em termos de espaço estava-se contra o tempo. “Negava-se a história”, como diziam os tontos, era-se um “tecnocrata”. Não compreendiam que, na percepção das implantações, das delimitações, do perfilamento dos objetos, dos gráficos, das organizações dos domínios, o que se fazia aflorar eram os processos – certamente

¹⁰ FOUCAULT, 1979, p. 116 [tradução minha].

históricos – do poder. A descrição espacializante dos fatos do discurso desemboca na análise dos efeitos de poder que estão ligados a eles.¹¹

Anteriormente, Foucault já havia sublinhado:

(...) Metaforizar as transformações do discurso por meio de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com a sua temporalidade própria. Tentar decifrá-lo, pelo contrário, através de metáforas espaciais, estratégicas, permite captar com precisão os pontos em que os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder.¹²

Podemos, pois, tentar traçar o mapa (ou mapas dentro de mapas) em que situar os nossos enclaves aqui em jogo.¹³ Mas a questão do poder foi posta em movimento de modo explícito no diálogo foucauldiano. Sugerimos, de início, uma distinção entre relações de domínio/submetimento (entre sujeitos) e estruturas de poder (configuradoras de subjetividades).¹⁴ E, dentre estas últimas, assinalamos aquela em jogo no discurso foucauldiano “pois esse discurso geográfico que justifica as fronteiras é o discurso do nacionalismo.”¹⁵

¹¹ FOUCAULT, 1979, p. 117-118 (Tradução minha).

¹² FOUCAULT, 1979, p. 117. (Tradução minha).

¹³ Sem desconsiderarmos demais que “[é] verdade que a história do mapa (ou a sua arqueologia) não respeita a sua ‘cronologia’.” (FOUCAULT, 1979, p. 121. Tradução minha).

¹⁴ Se uma realidade histórica pudesse ser simplesmente “capitalista” ou “machista” as relações de poder seriam inteiramente invisíveis. O poder seria por completo constituinte e não haveria forma de localizar “exercício” algum de poder (...). Porque a gramática mesma que constituiria o pai como pai faria sem mais do filho um filho, de igual modo que a lei de constituição da classe dominante esgotaria toda a dominação sobre outras classes; se o poder capaz de definir uma realidade, capaz de a constituir, convive e se coordena com certos poderes de dominação que se exercem entre os seus sujeitos é só porque essa realidade não é o nada a partir do qual constituição e criação se identificariam, mas “um todo complexo sempre já dado” em que nenhum poder pode pretender ser o único. Do contrário, a história não teria nada que descrever: bastar-lhe-ia definir os seus conceitos. (FERNÁNDEZ LIRIA, 1992, p. 75. Tradução minha).

¹⁵ FOUCAULT, 1979, p. 120. (Tradução minha).

O Estado-Nação enquanto estrutura de poder e o colonialismo

Estamos, portanto, inseridos nessa máquina estrutural produtora de subjetividade quando se procede à indicação do efeito do discurso do nacionalismo como variante do discurso geográfico. Além do mais, neste efeito discursivo se salienta a finalidade de justificar a fronteira, mas com uma restrição essencial operada através de uma forma de clausura (e a conseqüente apropriação de tudo e todos os que dentro ficarem) com que operar um deslocamento que subtrai o cidadão-soldado do sujeito nacional. Mas tal discurso de nacionalismo só pode dar-se nesses termos por referência a uma determinação moderna, a uma articulação deste no quadro de inteligibilidade fornecido pelo conjunto de aparelhos e dispositivos que codificamos como Estado. A problemática da fronteira, assim, só é inteligível no território conceitual em que o operador estruturante Nação é tendencialmente colonizado pelo conjunto de aparelhos do Estado nele inscrito: o *locus* da soberania política da Modernidade. Poderíamos, então, levantar a seguinte hipótese, altamente provisória, com que dar conta da qualidade mesma do traço de união entre os dois componentes da categoria designadora daquela estrutura de poder especificamente moderna, o Estado-Nação: a condição nacional devém essencialmente recriada em subsunção ao Estado. Não um enclave (conceitual, ao menos) da Nação no Estado (pois aquela recriação é, muito provavelmente, antes lógica do que cronológica), mas a utilização daquela por este como o recobrimento *justificativo* do conjunto de constrangimentos que os seus Aparelhos Ideológicos e Repressivos percutem contra o potencial de desejo de todas as subjetividades; sobre as quais o modo de produção capitalista fabrica, através de relações muito precisas de produção, o seu sujeito final hegemônico (no sentido de último, homogêneo e vocacionalmente sem resíduos de outras subjetividades):

(...) é que o próprio aparelho de Estado não é senão um excedente de poder que escapa por completo a essa redução e que é impossível definir sem o recurso a outros poderes alheios às próprias relações de produção. O capital não constitui o aparelho de Estado com as mesmas leis que o constituem a si em classe dominante; se o utiliza como instrumento não é porque este seja o seu braço executor previsto desde a criação pelo demiurgo da história: utiliza-o na medida em que pode comprá-lo, suborná-lo, arruiná-lo. (...) Se o poder político em geral é um poder “visível” é porque as classes sociais não são capazes de se constituir sem

recorrer a um sem-número de realidades independentes da produção. *Só por isso é que a luta de classes é uma luta política*, ou se se preferir, só por isso é que é uma “luta” (...) Assim sendo, a “relativa autonomia” das relações de poder familiares, pedagógicas ou sexuais a que alude Foucault, não é senão o efeito da total autonomia dos poderes que as constituem e explicam.¹⁶

Estado-Nação é, pois, o nome próprio da estrutura de poder à qual o deslizamento político-militar das metáforas geográficas indicadas remete. De fato, referi a vários enclaves dependentes da estrutura Estado-Nação que agora enumero. Assinalo antes o território geopolítico (e militar) específico do contexto de aplicação da categoria *enclave*: a colônia.

Neste ponto examinaremos alguns aspectos diferenciais do colonialismo na Europa Ocidental. Com carácter prévio estabeleceremos várias precisões conceituais (...) Com a categoria “colonialismo clássico” quer-se representar o que foi historicamente a variante típica do colonialismo ultramarino de exploração económica. Assi pois, ficam fora deste conceito tanto as “colónias de povoamento” como as formas contemporâneas de “neo-colonialismo”, umha mistura de dependência económica e soberania política formal. Por outro lado, numerosos Estados europeus albergam no seu interior nações “proibidas” que funcionam como áreas de capitalismo colonial. Tais colónias ostentam umha série de riscos diferenciais a respeito do colonialismo clássico que cumpre examinar, nomeadamente no que se refere àqueles matices específicos que incidem negativamente na tomada de consciência colectiva e, desta arte, dificultam o processo de libertação nacional. Portanto, nom analisaremos o colonialismo em geral senom o que de concreção tem a variante específica que rege na Europa Ocidental; polo mesmo, fica excluída da análise a variante de opressão nacional mas nom colonial, que também se manifesta na Europa capitalista.¹⁷

Quais seriam, pois, os riscos essenciais próprios desta variante intra-européica de colonialismo?

Só imos tratar dos caracteres diferenciais do colonialismo europeu em quanto jogam desfavoravelmente para o movimento de libertação do povo colonizado, opacando a consciência de seu, estimulando a

¹⁶ FERNÁNDEZ LIRIA, 1992, p. 76-77. (Tradução minha).

¹⁷ SUEVOS, 1983, p. 50.

assimilação cultural. Porque alguns dos riscos negativos do colonialismo europeu-ocidental que imos examinar entranham outra faceta mais esperanzadora. As colónias “internas” a Europa, por contraste com as colónias “externas”, têm um maior nível de vida, superiores standards educativos e sanitários, maior densidade proletária, certo grau de industrialização, ali os movimentos nacionalistas gozam dumha mais ampla tolerância política, etc. Todo isso é certo, pois que estamos ante a forma mais complexa e sofisticada de colonialismo, de exploração económica dum colectivo nacional. Mas, reiteremo-lo, aqui só nos centraremos na vertente negativa do fenómeno.¹⁸

O Colonialismo, em sentido estrito e por prolongamento, mais do que por oposição, à “opressão nacional”, viria definido, deste jeito, pela exploração económica de um coletivo nacional. E é precisamente esta que nos permite acrescentar, no caso da Galiza, à sua situação de “nação proibida” ou “subalterna” o traço determinante de *colônia endógena do Estado espanhol na Europa Ocidental*.

Porém, a articulação deste fator descritivo é inscrita na gravura de Castela a partir de um gesto teórico com dois momentos correlativos e imbricados. Em virtude da pergunta pela estrangeirice, somos pela primeira vez encravados no quadro. Em virtude da referência territorial (os da banda do além Minho, os de Madrid) tal imersão se atualiza com relação a duas entidades inominadas no aceno: os Estados-Nação Portugal e Espanha. E, de algum modo, a que podia parecer seqüência interrogativa lógica, a pergunta sobre qual deles seria a Galiza enclave, fica congelada por dois riscos plásticos e a sua conjunção com um discursivo: o aceno dubitativo e surpreendido do velho; o desejo de esclarecer, inquisitivo, do menino; e a gradação qualitativa que ele próprio introduz na sua questão (“mais ou menos estrangeiro”). A seqüência por este preciso mecanismo pragmático-discursivo fica pois congelada e, também, subtraída ao tempo. Produz-se, assim, o efeito mediador neste artefato artístico através do qual dar conta da História da Galiza espanhola: porque se ambos Estados-Nação são nominalmente elididos, não é desse mesmo jeito que o texto da gravura procede.

A sinédoque “Madri” reprega sobre si a sobredeterminação dos critérios de estrangeirice (“mais que *os de Madri*”) como elemento não marcado da comparação. De fato, um hipotético “mais estrangeiros que os

¹⁸ SUEVOS, 1983, p. 50.

da banda de cá” é, sem mais, impostulável. Também os da Galiza - embora *não exatamente como* os de Madri – fazem parte desta banda de cá; de outro modo a formulação da sintaxe da gravura seria mesmo agramatical. A metonímia “a banda de lá” despreza a proximidade identitária dos que assim são aludidos/elididos/iludidos: estão da outra banda em virtude do mesmo conjunto de dispositivos que nos inserem no mesmo Estado-Nação que os de Madri. Podemos-nos perguntar se para nós, menos estrangeiros, *em virtude de uma comunidade de língua* (lusofonia), aqueles mecanismos inseridores (na Espanha) e independentistas (de Portugal) deixam uma cicatriz: A RAIA, uma ruga de tempo (a quebra da lusografia) sobre os territórios, sim, mas principalmente sobre os territórios subjetivos, porque “(...) os mapas são mapas de intensidades; a geografia, ademais de ser uma física em movimento, é algo mental e corporal.”¹⁹

A serialização de enclaves viria, assim, dada - sobre o plano imanente de um primeiro caráter de opressão nacional mais colonialismo - pelo enclave que aquele que contempla a gravura e, crucialmente, *lê sua legenda* devém na cena. A pergunta resulta, para um galego nos dias de hoje, quase informulável, decerto impossível de defrontar. Subtração: o menino virado de costas para nós. No gesto de dúvida do velho, de frente, só a dúvida permanece, e a surpresa, talvez, perante a onipresença recorrente desta questão identitária:

É também impossível, em tais termos, desenhar um mapa coerente, um mapa que não seja perpétuo cruzamento de linhas que riscam um território ou, no extremo, o saturam, o emudecem: um *mapa mudo*, é o que a gravura nos oferece.

Oferece. “Indubitavelmente a RAIA é anterior à idade contemporânea. Porém, na idade contemporânea – e precisamente nela – adquiriu uns caracteres inéditos e terrivelmente novos.”²⁰ Túa Blesa tem encetado a análise tendente à ampliação do repertório de *figurae* da *elocutio* da retórica clássica, de uma linguagem sem mundo, esmiuçadas pelo seu estudo e remetíveis a uma “arqui-figura” à que denomina *logofagia*:

Além de tudo o dito, ou apesar disso, haverá que se perguntar ainda que é que quer dizer a logofagia. Os traços do silêncio querem dizer

¹⁹ DELEUZE; PARNET, 1980, p. 47. (Tradução minha).

²⁰ ARACIL, Primavera 1989, p. 11.

a carta-de-prego, aquilo que se esconde numa dobra do texto, dobra que, como a do barroco, estará sempre cheia, como assinalou Gilles Deleuze (*A dobra. Leibniz e o Barroco*). E isso que o enche está aí dobrado, oculto. Sem chegar a dizer-se, querendo-se dizer sem acabar de levar a cabo o seu desejo, desejo que se conserva, inscrevendo-se sem se descobrir. A logofagia, nos seus traços do silêncio, queria dizer – digamos de momento – algo que estaria antes da palavra, antes do querer dizer mesmo. A logofagia, finalmente, quer dizer a possibilidade do texto intexto, do discurso sem *phoné* nem logos – portanto, não fonocêntrico, não logocêntrico –, de uma escrita que pode deixar de ser tal para ser “ex-crita”. Assim a logofagia, os traços do silêncio.²¹

Se operamos uma tentativa de abstração diagramática sobre esta definição, poderemos fazer do logofágico, mais do que uma arqui-figura, uma estratégia discursiva. Perante a gravura da seqüência subtraída ao tempo, a suspensão parentética com que o texto se encerra inscreve-a na História, numa operação semelhante à teorizada por Blesa. Mas com uma diferença essencial, na qual radica o seu maior caráter abstrato e a sua potência diagramante: esse não saber o que o velho tenha respondido não seria algo antes da palavra. Nem depois dela. Não participa dessa (crono)lógica. É que o velho pode ter respondido em qualquer sentido, contudo esta resposta não o converteria, ipso facto, não em parte do povo, mas em parte da sua notabilidade? Seria, então, o território selvagem – literalmente bárbaro, mais do que babélico – em que todo o discurso descansa ou é sediado, uma espécie de variante do “preferiria não” bartlebyano. E deviria, assim, a efetivação específica da condição pós-moderna do galego como a um tempo residual e excessiva. Residual, porque a instabilidade subjetiva máxima aparece abalada pela conflitividade de um sujeito não plenamente conformado a uma maquinária estatal-nacional (Espanha) que o define e experimenta, *no mesmo instante e precisamente por isso*, como falta ou falha na subjetividade encerrada pela outra maquinária estatal-nacional (Portugal). Excessiva, precisamente porque tal resíduo coloca as condições imanentes de luta contra o *locus* de soberania e poder constituído da pós-modernidade – o Império, nos termos de Negri e Hardt. Através, pois, deste deslocamento se opera a inscrição paradigmática da Galiza na mais estrita contemporaneidade:

²¹ BLESA, 1998, p. 229. (Tradução minha).

(...) O conceito de Povo já não funciona como o sujeito organizado do sistema de domínio, e, conseqüentemente, a identidade do Povo é substituída pela mobilidade, flexibilidade e diferenciação perpétua da multidão. Esta mudança desmistifica e destrói a ideia circular moderna da legitimidade do poder pela qual o poder constrói da multidão um só sujeito que poderia então, por sua vez, legitimar esse mesmo poder. Esta tautologia sofisticada já não funciona (...) A multidão é governada com os instrumentos do sistema capitalista pós-moderno e de dentro das relações sociais da subsunção real. A multidão apenas pode ser regida de acordo com critérios internos, na produção, nas trocas, na cultura – por outras palavras, no contexto biopolítico da sua existência. Na sua autonomia desterritorializada, porém, esta existência política da multidão tem o potencial de ser transformada numa massa autônoma de produtividade inteligente, num poder democrático absoluto, como diria Spinoza. Se isso acontecer, o domínio capitalista da produção, da troca e da comunicação seria derrubado. Impedir isto é a primeira e primária tarefa do governo imperial. Devemos levar em conta, contudo, que a constituição do Império depende, para a sua própria existência, das forças que representam tal ameaça, as forças autônomas de cooperação produtiva. Os seus poderes têm de ser controlados mas não destruídos.²²

Se, por meio dos excesso e resíduo, a condição propriamente pós-moderna da subjetividade galaica se implementa, a unificação moderna na forma Estado-Nação só se tinha produzido como seção de outra comunidade imaginada²³ (o Estado espanhol) em que, simultaneamente, devém aquela comunidade galega integrada e alheada mais do que imaginariamente, *espetacularmente*. E a alusão à teorização não é, aqui, nem anacrônica nem arbitrária. Uma comunidade galega, imanente e truncadamente moderna, é forçada a só (re)conhecer-se pelas quebras induzidas, através das determinações em virtude das quais o risco identificador da Nação privilegiado é a gestão desigual das formas-língua existentes dentro das fronteiras do Estado espanhol. A hierarquização das línguas presentes dentro daqueles limites impede *de facto* a consumação imaginária da nação, subsume os seus mecanismos identitários numa encenação espetacular culturalmente devastadora e fornece, ao tempo, o território com que ensonhar *politicamente* – quer dizer, passar ao ato da normalização modernizante – vários caminhos

²² HARDT; NEGRI, 2000, p. 344. (Tradução minha).

²³ ANDERSON, 1991.

de suposta homogeneidade menos genocidas estruturalmente: desde a reordenação nacional do Estado espanhol, ou, mesmo, do conjunto dos povos peninsulares numa entidade supranacional relativamente coesa, até à formulação de estratégias independentistas face ao Reino de Espanha²⁴ e/ou (re)integracionistas em relação à República Portuguesa. Neste sentido, devemos considerar que o momento estratégico da decisiva recuperação da unidade *cultural* da velha *Gallaecia*, prolongada agora para o Sul no resto de Portugal, faz parte do projeto nacionalitário galeguista – em graus variados de explicitação, ambigüidade, contradição e tensão.

Mas a forma Estado-Nação, como o *locus* específico da soberania do capital na sua era moderna, já tem ultrapassado o seu período de organização das estruturas de poder e domínio políticos. Devemos, porém, reconhecer que o nacionalismo das nações subalternas (normalmente chamadas, no contexto dos movimentos de libertação nacional da Europa Ocidental, “sem estado”, ou, mais precisamente, “sem estado *próprio*”) é “progressista” em relação a duas funções primárias: como linha de defesa contra o domínio de nações mais poderosas em termos económicos, políticos e ideológicos; como arma ideológica contra o discurso dominante que configura como inferiores, em distintos sentidos, a população e a cultura das nações dominadas. Contudo, acontece com excessiva reiteração uma estrita dependência dos projetos nacionalitários daquelas nações subalternas com relação ao desejo de posse (duplicação) dos exatos mecanismos estatais a que são forçadas a se integrarem nacionalmente. Com tal gesto político, o potencial autodeterminativo naufraga na autogestão da exclusão exigida pela delimitação de uma série (não inacabada, diversa segundo as diferentes abordagens teóricas e práticas, mas sempre em instável organização regrada) do conjunto heteróclito de riscos garantes da condição nacional como solução aos problemas postos. E aquela estrita dependência acaba por estabelecer interiormente uma hierarquização de outras subjetividades claramente colidentes com a detentora do conjunto de riscos em que se faz coagular a moderna identidade nacional desse grupo

²⁴ E, em certa correlação, face a República portuguesa; embora não na mesma medida, claro. Caberia nomear uma tal hipótese como “do mal menor”, e formulá-la, em termos muito genéricos, assim: o programa político da independência operaria, no interior de boa parte do nacionalismo galego contemporâneo, como garante, para o nacionalismo espanhol, da não vinculação da Galiza ao Estado português.

populacional territorialmente inscrito; ou, inclusive (sendo este o plano imanente único em que aquela colisão se produz), dá em experimentar uma concorrência entre diferentes propostas de organização, preferência e escolha dos riscos desse conjunto.

Pode ser verdade, como Benedict Anderson diz, que a nação deva ser percebida como uma comunidade imaginada – mas aqui devemos reconhecer que a pretensão fica invertida de jeito a *a nação devir a única forma de imaginar a comunidade!* Toda a imaginação de uma comunidade devém sobrecodificada como uma nação e, portanto, a nossa concepção de comunidade está severamente empobrecida. Analogamente aos países dominantes, também aqui as multiplicidade e singularidade da multidão são negadas na camisa-de-força da identidade e homogeneidade do povo. Mais uma vez o poder unificador da nação subalterna é uma espada de dois gumes, simultaneamente progressista e reacionário.²⁵

Convém, todavia, não perder de vista que essa reversão da fórmula andersoniana que Hardt e Negri propõem não é exclusiva aos nacionalismos de nações subalternas. No caso daquelas estruturas nacionais-estatais sobreimpostas nestas, a Nação será sempre, em termos modernos de luta política, uma promessa, um programa em construção, *para todos os projetos nacionais implicados no conflito*, mas, crucialmente, com diferente sentido: a subalternidade se formulará como potencialidade e abertura *à partida*; a dominação como acabamento, finalização, Estado... no extremo, identidade plena, quer dizer, *morte*... Mas também a morte, especialmente a morte, *se diz*, na sua banalidade, *de várias maneiras*. Qual, pois, é a lógica que se codifica no Estado-Nação?:

O campo de concentração, ou na verdade o mecanismo combinado de isolamento e destruição em massa do inimigo, de qualquer identidade contrária, constitui o paradigma do Estado-nação moderno. A longa história moderna do “campo” começou na Espanha, no século XV, renasceu e teve continuidade na França jacobinista e depois no Estados Unidos, durante a conquista do Oeste, até chegar finalmente – após uma série de outros genocídios – aos campos de concentração nazista e soviético, no século XX. O genocídio é a face negativa do Estado-nação; ou melhor, o Estado-nação é meramente a face positiva do genocídio.²⁶

²⁵ HARDT; NEGRI, 2000, p. 107. (Tradução minha).

²⁶ NEGRI; HARDT, 1999.

Em ambas as linhas nacionalitárias, subalterna ou dominante, efetivamente, o Estado-Nação devém a forma plena de imaginar a comunidade: utopia da subalternidade *versus* apocatástase do domínio, por dizê-lo em termos genéricos. E o potencial devastador que é despregamento acaba por incrustar-se, disseminado, nas novas configurações soberanistas do Império ameaçando com um Auschwitz planetário.²⁷

Afinal, a operação compositiva e mediatizante na legenda da gravura de Castela nos defronta com dois grandes territórios constitutivos da subjetividade dos galegos do fim do milênio: um excesso de Estado e um defeito de Nação. Excesso como pervivência também na medida em que o Estado espanhol ultrapassa o coalhamento identitário galaico com uma implementação hipostasiada e paroxisticamente repressiva. Defeituosa em dois sentidos, “incompleta” e não suficiente,

²⁷ Na pós-modernidade, quando os poderes políticos do Estado-nação começam a declinar, podemos ver claramente esta horrível história da complementaridade que existe entre o Estado-nação e o “campo”. De um lado, na verdade, hoje em dia, nenhum Estado-nação é formado ou “recriado” sem a reivindicação a uma identidade renascida e portanto a um ódio recém-fundado em relação a um outro. As progressões históricas se tornaram cada vez mais rápidas, de um modo tal que as ideologias se colocam também rapidamente disponíveis e suas conseqüências são imediatas. De outro lado, nas formas primeiras de organização imperial dos espaços, tanto nas enormes metrópoles como nas margens das nações pós-modernas dominantes, a antiga relação entre soberania e “campo” se repete novamente, mas agora sob uma forma suave, equívoca e permeável. O campo é móvel, não mais fixo, e sim flutuante no espaço e no tempo da sociedade imperial. A sociedade imperial e o campo se interpenetram, tal como os romanos e os bárbaros o faziam – primeiro nas regiões subordinadas, depois nas regiões dominantes do Império. As regiões habitadas pelas populações dominantes ficam entrincheiradas; fora delas, nos espaços e no tempo do cotidiano do trabalho, existem campos móveis. As vidas das nações que mantêm uma forma de *apartheid* interno se organizam em resposta à contínua revolta contra aquela exclusão e aquela divisão. O conjunto das super-nações de regiões dominantes do mundo vive atrás de fronteiras policiadas por radar e por vigilância eletrônica: os campos de massa tentam conter os irreprimíveis fluxos de imigração. As prisões são, nesta perspectiva, enormes campos, particularmente nas regiões mais ricas e dominantes (NEGRI; HARDT, 1999).

por não ser correspondente, no grau desejável, com as recoberturas e funções do Estado em que está encerrada.

A raia, a fronteira ('na beira do Minho'), que é o ponto (ex)cêntrico mesmo do desenho de Castela, se configura assim, também, como a divisão de um reflexo sem espelho: do outro lado, invertida e aperfeiçoada, a arqueológica reparação de tais excesso e defeito. Arqueológica, e sem espelho, porque a Galiza contém uma designificante batalha entre dois enclaves. Há de ser e não ser, a um tempo, cunha de Espanha no simbólico português e cunha de Portugal na materialidade espanhola: cunha substantivada e intrinsecamente incompleta. Mas não pode ser enclave do Império. Só parte dele. Não há exterior possível. A pergunta pela qualidade da estrangeirice implosiona: não são, portugueses ou espanhóis, os mais ou menos estrangeiros ao galego. É este quem tem o índice exato da condição estrangeira. Estrangeiro, também, de si próprio. *Sobretudo de si próprio*. E chave, ou clave, no entramado subjetivante ibérico, da aporia da identidade.

Aquela reparação não é, portanto, *deste mundo*. Porque a logofagia específica da galegidade estriba só no fulgor de síntese que o jogo com uns versos do poeta espanhol Luis Cernuda, escritos em 1960, constringem: "Si yo soy español, lo soy / A la manera de aquellos que no pueden / Ser otra cosa" (Se eu sou espanhol, sou-o / À maneira daqueles que não podem / Ser outra coisa). De como (não) poder ser outra coisa.²⁸ Ou esse outro que é eu (que não tem deixado jamais de ser o eu mais íntimo ao meu). Eis a condição dos galegos. Na conjunção daqueles colchetes do "(não)" com uma tal sintaxe, no seu explodir interpretativo, radica o sentido mesmo da suspensão do saber (e da condição pós-moderna, pois, em certo modo) aos moradores da própria Galiza e por Castela *profetizado* (entre parêntesis, e talvez ao jeito do *Angelus Novus* benjaminiano) desde outro mundo: o da Modernidade última.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Reflection on the origin and spread of nationalism. 2. ed. London-New York: Verso, 1991.

²⁸ CERNUDA, 1985, p. 338. (Tradução minha).

ARACIL, Lluís V. Questionário de História Contemporânea. Agália. *Revista da Associação Galega da Língua*, n. 17, p. 5-15, Primavera 1989.

BLESA, Túa. *Logofagias: Los trazos del silencio*. Zaragoza: Anexos de Tropelías, 1998.

CERNUDA, Luis. *La realidad y el deseo*. 1924-1962. 9ª reimpressão da 3. ed. corrigida e aumentada. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1985.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. José Vázquez. Valência: Pre-Textos, 1980.

FERNÁNDEZ LIRIA, Carlos. *Sin vigilancia y sin castigo*. Una discusión con Michel Foucault. Madrid: Ediciones Libertarias, 1992.

FOUCAULT, Michel. Preguntas a Michel Foucault sobre la Geografía. Trad. Julia Varela e Fernando Álvarez-Uría. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica del poder*. 2. ed. Madrid: Ediciones de La Piqueta, 1979, p. 111-124.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2000.

MORAIS SILVA, António de. *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*, 1981, 10ª edição revista, aumentada e atualizada.

NEGRI, Toni. *Exil*. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 1998.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael, Campo. *Lugar comum: Estudos de mídia, cultura e democracia*, n. 7. Documento da WWW disponível em <http://www.cfch.ufjf.br/lugarcomum/no7.html>

SUEVOS, Ramon L. *Dialéctica do desenvolvimento*. Nação, língua, classes sociais. A Corunha: Associação Galega da Língua, 1983.

SUEVOS, Ramon L. *Portugal no quadro peninsular: Subsídios para a análise histórica-estrutural*, A Corunha: Associação Galega da Língua, 1987. Capítulo II. Reflexions sobre a génese e independência de Portugal, p. 29-71.

Resumo

A especial situação da Galiza na Península Ibérica é, talvez, a de maior complexidade das geradas nos conflitos identitários que encerra o Reino de Espanha. Dentre os índices susceptíveis de serem definidores de uma “identidade galega”, é a língua o que tem adquirido a posição hegemónica, ao tempo que se configurava como o território privilegiado

da confrontação de diferentes projetos de construção nacional. A combinação deste fator constituinte com outros de cariz económico e político tem feito possível a categorização da Galiza como uma colónia endógena na Europa Ocidental. Como um enclave em desigual relação dialéctica: enclave colonial espanhol em território (material e simbólico) lusófono. Enclave lusófono sobrevivendo em território (administrativo) espanhol. Esta caracterização é dependente do privilégio concedido nas categorias políticas da Modernidade ao Estado-Nação. Desta perspectiva, a Galiza seria quer o “segmento amputado/ocupado” de uma nação, quer uma nação “proibida” (“sem Estado nacional próprio”). Porém, na era do Império, a condição “suspensa” da identidade galega é susceptível de se tornar num dos aporéticos paradigmas próprios ao sujeito do início do novo século: os galegos podem e não podem ser outra coisa. Esta incompletude sua é, assim, não apenas a condição mesma da sua estrangeirice em relação aos dois Estados-Nação da Península Ibérica, mas também, e nomeadamente, ao artefato moderno que o Estado-Nação é.

Abstract

The special situation of Galiza in the Iberian Peninsula is, perhaps, the most complex identitarian conflict of those locked up by the Spanish Kingdom. Amongst all the potential indicators of a “Galizan identity”, language has acquired a hegemonic position at the same time that it has become the privileged territory for the confrontation of different nation-building projects. The combination of this constituent factor with others of economic and political nature made possible to categorize Galiza as an internal colony in Western Europe. As an enclave in an unequal dialectical relationship: a Spanish colonial enclave in (material and symbolic) Lusophone territory. A Lusophone enclave surviving in (administratively) Spanish territory. This characterization depends upon the privilege given to the Nation-State above all political categories of Modernity. From this perspective, Galiza would be either a nation’s “amputated/occupied segment” or a “forbidden” nation (without “its own Nation-State”). However, in Empire, the “suspended” condition of Galizan identity may become one of the aporetic paradigms of subjectivity at the beginning of the new century: Galizans can and cannot be (an)other thing. Their incompleteness is, thus, not only the very condition of their foreignness to the two Nation-States of the Iberian Peninsula but, above all, to the modern artifact that the Nation-State is.